

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

-----Na data, hora, e local mencionados em epígrafe, foi realizada a 6ª reunião da CTA da Revisão do Plano Director Municipal de Águeda com vista à apreciação da proposta final da Revisão do Plano Director Municipal, a qual teve a seguinte ordem de trabalhos: 1.Aprovação da Acta da 5ª Reunião da CTA de 13/07/2007; 2.Apresentação pela Câmara Municipal da proposta de Plano, em resultado do contributo das diversas entidades; 3.Apresentação pela Câmara Municipal da proposta de delimitação da RAN e da REN; 4.Apresentação por parte das entidades com assento na CTA dos respectivos pareceres e/ou contributos à proposta de Plano Apresentada; 5.Agendamento da Reunião plenária, a realizar com conferência de serviços, para aprovação do parecer final. -----

-----Foram convocadas pela CCDR-C para a presente reunião para além dos representantes da Câmara Municipal de Águeda as seguintes entidades: -----

CCDR-C – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; -----

REFER EPE - Rede Ferroviária Nacional, EPE; -----

EP - Estradas de Portugal, S.A; -----

AFN - Autoridade Florestal Nacional; -----

IGESPAR, IP – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP; -----

DREC – Direcção Regional da Economia do Centro; -----

DRAPC - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; -----

ICNB – Instituto da Conservação da natureza e da Biodiversidade, IP. -----

Estiveram presentes os representantes das entidades constantes da folha de presenças anexa. Não estiveram presentes os representantes da Direcção-Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP. -----

-----Antes de se dar inicio à ordem de trabalhos a Eng.ª Maria Glória Fernandes, anterior representante do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), sendo esta uma entidade que fazia parte integrante da CTA do PDM de Águeda, referiu que, decorrente da reestruturação deste organismo em 2007, o mesmo deu origem a duas entidades, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e Direcção Regional da Cultura do Centro (DRCC), e que ambas deveriam fazer parte da CTA. Acrescentou ainda que, por lapso, a convocatória dirigida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) ao IGESPAR foi remetida para a morada da DRCC, e daí a sua presença nesta reunião. Foi então sugerido pelo Sr. Presidente da CMA que a CCDR-C convocasse uma reunião com o IGESPAR e com a DRCC a fim de sanar a ausência do IGESPAR na presente reunião e permitir a apreciação dos elementos do plano por parte daquela entidade. A representante da CCDRC, Dra. Carla Velado sugeriu que a CMA envie antecipadamente os elementos do Plano ao IGESPAR antes da marcação da referida reunião.

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais	Sala de Formação
	Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Hora: 10H00

-----A Arq.^a Ana Costa questionou o representante da DRCC acerca das competências de cada uma das entidades tendo sido esclarecido que a DRCC se manifesta sobre o património arquitectónico e o IGESPAR para além destes, se manifesta também sobre o património arqueológico. -----

-----A representante da DRCC manifestou também a dificuldade em consultar o formato digital fornecido pela CMA, dificuldade esta que também foi manifestadas pelas demais entidades da CTA, sendo referido pelo Dr. Pedro Alves proceder às alterações necessárias para que os documentos se tornem mais leves e fáceis de consultar. -----

-----Tomou a palavra a representante da CCDRC solicitando aos presentes que procedam à assinatura da acta da 5ª reunião da CTA. De seguida, a Dr^a Carla Velado da CCDRC convidou a Câmara a proceder à apresentação da proposta de Plano caso assim o entendesse. A Dra. Carla Velado acrescentou que tal apresentação seria importante como forma de apresentar as alterações entretanto efectuadas, referindo, por exemplo, as alterações introduzidas na proposta de desafecção da REN.

-----Em resposta, o Dr. Pedro Alves referiu que não era intenção da Câmara efectuar uma apresentação da proposta de revisão do PDM uma vez que a mesma já tida sido apresentada à CTA por diversas vezes nas várias reuniões sectoriais com as entidades com vista à discussão e análise das mesmas, nomeadamente em termos de desafecções e afectações da REN e da RAN. Acrescentou também que a proposta agora apresentada é resultado dessas mesmas reuniões e da posição assumida pela autarquia perante as alternativas que lhe foram colocadas. Mais especificamente, no que diz respeito às desafecções da REN, acrescentou ainda que estas se encontram em conformidade com a última versão discutida com a CCDRC, não tendo sido introduzida qualquer alteração à mesma, sugerindo que se analisasse esta questão numa reunião a realizar para o efeito, pois caso exista alguma discrepância, esta só pode estar associada a algum lapso ou equívoco na interpretação dos elementos (números antigos da identificação das manchas e actual renumeração das mesmas em virtude de algumas terem sido eliminadas, conforme acordado). -----

-----Procedeu-se de seguida à apresentação por parte das entidades com assento na CTA dos respectivos pareceres e/ou contributos à proposta de Plano apresentada. -----

-----Tomou a palavra o representa da REFER, Eng.^a Ana Seara, apresentando o seu parecer, o qual será anexo à presente acta, salientando as alterações necessárias de efectuar ao nível da planta de ordenamento e da planta de condicionantes, no que diz respeito à representação e distinção da rede ferroviária. Referiu ainda a necessidade de alterar os Estudos Sectoriais. Sobre este assunto foi esclarecido pelo Dr. Pedro Alves que os estudos já se encontravam fechados e aprovados pela CTA, mas que a CMA não vê qualquer inconveniente em introduzir as alterações solicitadas indo proceder também às alterações ao nível da planta de ordenamento e da planta de condicionantes. Salientou ainda que o parecer emitido não fazia qualquer referência à posição da REFER relativamente à proposta apresentada, não se concluindo se o parecer é favorável ou favorável

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

condicionado. Sobre este assunto a representante da REFER referiu que iria fazer chegar à CMA, com conhecimento da CCDRC, a rectificação do parecer de modo a sanar essa questão. -----

-----Na ausência do representante do ICNB o Dr. Pedro Alves procedeu à leitura do parecer desta entidade, previamente remetido à CCDRC, o qual será anexo à presente acta. No decurso da leitura do parecer o Dr. Pedro Alves reforçou os impactos que as alterações propostas pelo ICNB possuem no sector agrícola e no ordenamento e a discordância da autarquia com a posição desta entidade quando considera não poder haver reclassificação do solo urbano ou do solo rural dentro dos limites da ZPE da Ria de Aveiro, porque não se vê enquadramento para tal na legislação em vigor aplicável.

-----Este sugeriu de seguida a realização de uma reunião parcelar/concertação com o ICNB, com presença da CCDRC com vista a discutir das questões levantadas pelo ICNB. O representante da DRAPC, Eng. António Godinho, manifestando a sua vontade em estar presente na reunião com o ICNB, acrescentou que as orientações de gestão do PSRN2000 só são aplicadas a áreas territoriais específicas e que não podem ser estendidas a toda a área do PSRN2000. -----

-----A Dra. Carla Velado referiu então que seria mais célere se a câmara agilizasse estes procedimentos procedendo ao agendamento das reuniões a realizar. O Sr. Presidente da CMA concordou com o sugerido, informando então que a CMA iria proceder à marcação da reunião dando conhecimento a todos os elementos da CTA convocando também a DRAP-C. -----

-----De seguida, e como esclarecimento a todas as entidades presentes na reunião, foi mencionado pelo Dr. Pedro que no caso de uma entidade emitir parecer favorável à proposta do regulamento apresentada não deveria ser necessário, após a entrada em vigor do regulamento, e no âmbito da aplicação desse mesmo regulamento, solicitar novamente parecer a essa entidade, tal como se encontrava expresso em muitos dos pareceres emitidos pelas entidades que constituem a CTA. -----

-----Relativamente a esta questão a Dra. Carla Velado esclareceu que não se pode atribuir às entidades, no âmbito do regulamento do PDM, novas competências, as competências destas são as decorrentes da aplicação da lei.-----

-----De seguida, Tomou a palavra a representante da EP - Estradas de Portugal, SA, Eng.ª Isabel Santos que procedeu à apresentação do seu parecer, o qual se anexa à presente acta, salientando o seguinte: -----

-----Relativamente à A25, referiu que qualquer proposta de intervenção nesta via, deverá ser consultado o INIR. Da mesma forma aconselhou a que todos os projectos que tenham influência nas auto-estradas concessionadas, sejam, o mais rápido possível, submetido à EP, nomeadamente a Via de Cintura Externa que intercepta vários itinerários da RRN. Interessa que quem vá fazer os projectos do IC2, ligação a Aveiro, tenha conhecimento de todos os projectos que induzam alterações ao tráfego das vias concessionadas; -----

-----Referiu também que o projecto da Variante às EENN 235/333 está suspenso não tendo sido publicado

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

em Diário da Republica pelo que não existe servidão constituída. Desta forma esta via não pode estar classificada como pertencente à Rede Nacional. Esta pode estar classificada como pertencente ao Sistema Viário Principal mas deverá ser retirada da Planta de Condicionantes. A autarquia pode, se assim o entender, mantê-la na planta de ordenamento como uma proposta; -----

-----Mencionou ainda que deve ser efectuada uma identificação clara das Estradas da Rede Nacional na Planta de Ordenamento, e que deve existir uma diferenciação clara dentro da hierarquia viária proposta das vias que são nacionais/regionais das vias que são municipais; -----

-----Por outro lado mencionou que na identificação da rede viária proposta deverão utilizar-se as mesmas cores que as das Rede Existente distinguindo bem o que é nacional do que não é, e que no regulamento deverá ser introduzido um artigo único relativo à rede Rodoviária Nacional; -----

-----Também referiu que a legenda da Planta de Condicionantes deve ser completada com as especificações de cada via. -----

-----Face ao referido, o Dr. Pedro Alves esclareceu que, relativamente à VCE, esta via já se encontrava prevista no PDM de 1995. No que diz respeito à introdução de um artigo no regulamento só para a RRN acrescenta ainda que as questões em causa já possuem enquadramento legal e aplicabilidade independente de constarem, ou não, no regulamento do Plano e que não se deverá fazer a transposição da lei geral para o regulamento. Esclareceu ainda a representante da CCDRC, Dra. Carla Velado, que o PDM já salvaguarda o PRN 2000 não se vendo necessidade de introduzir este artigo, até porque o PRN 2000 pode ser alterado implicando uma alteração do PDM. -----

-----No seguimento dos pareceres emitidos, o Dr. Pedro Alves solicitou que o conteúdo dos pareceres das várias entidades faça a diferenciação entre o que é vinculativo (e como tal terá de ser obrigatoriamente cumprido no PDM), e o que é uma orientação/sugestão. -----

-----De seguida a representante da CCDRC, Eng.ª Paula Martins questionou a representante da EP acerca do articulado pretendido para o artigo a inserir. Tendo sido referido por esta que o que se pretende é uma descrição da Rede Rodoviária de acordo com o PRN especificando concretamente o disposto para o concelho de Águeda e que a estrutura apresentada na proposta de regulamento do PDM de Águeda é diferente das estruturas apresentadas por outros concelhos. -----

-----A Dra. Carla Velado salienta, contudo, que a hierarquia viária apresentada também deverá ser vertida para o regulamento do Plano. Tal foi defendido pela Eng.ª Isabel Santos referindo que apesar da hierarquia se encontrar definido nos elementos que acompanham o plano, esta não está constante nos elementos fundamentais, devendo, por isso, constar do Regulamento e da Planta de Condicionantes. -----

-----Foi então consensual, entre a CMA, EP e a CCDRC que se optaria pela inserção no regulamento de um artigo com a definição do sistema viário proposto pelo plano. -----

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

-----Por último, a representante das EP, referiu que deveria constar nas plantas a identificação as entradas e saídas dos nós do IC2, e a diferenciação clara entre a Rede Rodoviária Nacional e a Rede Rodoviária Municipal. Foi então referido pelos representantes da CMA que nas plantas só se encontra identificado o eixo da IC2 e o corredor de protecção associado, e que os nós que aparecem na cartografia são os nós actualmente existentes. -----

-----De seguida tomou a palavra o representante da Direcção Regional de Economia do Centro, Eng. António Cerveira, que declarou nada ter a referir relativamente à proposta apresentada dando parecer favorável à mesma. -----

-----Retomando a palavra a representante da DRCC apresentou as alterações que gostaria de ver efectuadas nos elementos em análise: -----

-----Relativamente ao Volume I / Diagnóstico mencionou que era apenas necessário proceder à actualização da situação da Pousada do Sto António (Serém), que se encontrava em vias de classificação, tendo o processo sido arquivado; -----

-----No Programa de Execução e Financiamento deverá só constar Ministério da Cultura em vez de DRCC ou IGESPAR; -----

-----Referiu ainda que na página 88 do Relatório falta incluir a legislação referente à classificação da Igreja da Trofa e do Cabeço do Vouga. Deve ser também acrescentada na Planta de Condicionantes ou no Regulamento a listagem da legislação referente à classificação do Património, para que quem consulte o plano saiba que a este património existe uma condicionante associada e respectivas zonas de protecção. Sobre este assunto foi sugerido pela Dra. Carla Velado que esta informação fosse acrescentada ao anexo I do regulamento; -----

-----Relativamente ao regulamento deverão ser acrescentados os seguintes pontos: identificação de que existem imóveis classificados e imóveis em vias de classificação; identificação dos imóveis que a CMA quer ou não classificar; identificação do património arqueológico classificado, devendo ainda remeter-se o artigo 44º para a regulamentação geral pois este deverá ter uma ampliação mais ampla e genérica. Por outro lado, não deve constar no regulamento a categoria que se pretende atribui ao imóvel (por ex: interesse público) pois esta não é definida à partida, tal decorre da instrução do processo e do parecer final do IGESPAR que concordará ou não com a categoria proposta. Cumulativamente, é necessário alterar a pag.71 do relatório e referir que o IPPAR hoje foi desdobrado em IGESPAR e DRCC.

-----Em resposta, e relativamente à classificação da Igreja da Trofa, a Arq.ª Ana Costa (CMA) referiu que de acordo com a lei em vigor aplicável, se o imóvel for da Igreja, a CMA não pode classificar. -----

-----A Eng.ª Glória Fernandes concordou com o referido, acrescentando que quatro dos imóveis listados no regulamento como a classificar já têm processo aberto para classificação e que relativamente aos demais, a CMA tem de proceder à instrução do processo, podendo fazer o mesmo para a Igreja da Trofa e quando o

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

processo chegar ao IGESPAR este pode subir a categoria de classificação. De igual forma e listagem do património apresentada só deve ser referido se este é a classificar, devendo ser retirada a categoria de classificação pretendida. -----

-----A representante da DRCC aproveitou também para questionar em que altura é o IGESPAR consultado relativamente ao Relatório Ambiental, tendo sido esclarecida pelo Dr. Pedro Alves que é na presente fase estando em análise tanto o relatório ambiental como os demais elementos da Revisão do PDM. -----

-----Foi então solicitado pela CMA (Arqª Ana Costa) que a DRCC nos fizesse chegar um ofício com o despacho relativamente ao encerramento do processo da Pousada de Sto António (Serém). Foi igualmente cedida pela representante da DRCC a listagem de legislação referente à classificação do património concelhio, a qual fica anexa à presente acta. -----

-----Tomou de seguida a palavra o representante da DRAPC, Eng. António Godinho, referindo que esta entidade emite parecer desfavorável às propostas apresentadas, uma vez que a autarquia manteve nas propostas de desafecção da RAN as manchas que, em reunião sectorial, tinham tido parecer desfavorável. Sugere a realização de uma reunião c/ a autarquia e com a CCDR-C com vista à concertação destas questões. Acrescentou ainda que falta na Planta de Ordenamento/ Planta de Condicionantes as áreas de emparcelamento agrícola. -----

-----O Dr. Pedro Alves referiu que os perímetros foram discutidos com a CCDR-C e não com a DRAPC, questionando se a DRAPC pretende agora analisar os mesmos. O Eng. Godinho referiu então que a DRAPC representa não só a RAN mas também os interesses agrícolas do concelho, o que está directamente relacionado com a nova classificação do solo urbano e da proposta de perímetros urbanos. -----

-----Acrescentou então o Dr. Pedro que, caso não haja concordância entre a CMA e a DRAPC, a autarquia poderá remeter as propostas de desafecção à Comissão/ Entidade Nacional da Reserva Agrícola. -----

-----Sobre esta questão, o representante da DRAPC esclareceu que em termos poder de decisão o processo da RAN é diferente do da REN, isto é, remeter o processo à Entidade da RAN funciona só como forma de pressão, pois o parecer da mesma não é vinculativo, o parecer vinculativo é o da DRAPC. -----

-----No seguimento destas questões sugeriu o Dr. Pedro Alves que a DRAPC e a CCDRC ficassem para a parte de tarde para resolver estas questões. No entanto, o Eng. Godinho sugeriu que se procedesse à marcação de uma reunião para o efeito. -----

-----Foi então solicitado pelo Dr. Pedro Alves que a próxima reunião da CTA seja para emissão de parecer final após efectuadas as correcções inerentes aos pareceres agora apresentados e aos inerentes às reuniões de concertação que serão agendadas no seguimento da presente reunião. -----

-----De seguida tomou a palavra pela AFN, pela Eng.ª Teresa Serra. Esta levantou várias dúvidas relativamente às categorias propostas para o espaço florestal, às actividades e respectivas condicionantes

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

admitidas para as mesmas (ex: áreas mínimas para as explorações pecuárias) e aos elementos propostos pela AFN a inserir na Planta de Condicionantes. -----

-----Neste âmbito, o representante da DRAPC referiu que com a exigência de parcelas mínimas de 10 ha, será quase impossível a construção de explorações pecuárias em espaço florestal no concelho, e neste âmbito a CMA tem de optar ou pela directrizes da AFN ou pelas da DRAPC. No entanto, a DRAPC não impõe áreas mínimas a menos que haja um plano sectorial que o determine, o que não sucede no caso de Águeda.-----

-----Contrapôs o referido pelo representante da DRAPC, a representante da AFN referindo que existem diplomas que classificam o território como florestal e que impõe áreas mínimas para o aproveitamento do espaço florestal para outro fim que não o florestal, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro-Litoral (PROFCL). -----

-----Tornou a contrapor o representante da DRAPC referindo que muitas áreas são florestais, mas também RAN e que têm de ser definidos critérios para a atribuição da classificação final. -----

-----Interveio de seguida o Dr. Pedro Alves salientando que apesar de existirem áreas classificadas como RAN o seu uso actual é claramente florestal, o que conduziu a uma alteração da real capacidade agrícola dos solos. Acrescentou ainda que neste âmbito terá de haver um entendimento entre as entidades, pelo que será necessária a realização de uma reunião sectorial de concertação, onde deverão estar presentes a DRAPC, a AFN, a CCDRC, e a CMA. -----

-----Esclareceu ainda a representante da CCDRC, Dr.ª Carla Velado, sobre as diversas matérias em análise, e após questionada pelo Dr. Pedro Alves, que o PDM pode ir contra as disposições do PROT sendo necessário nestes caso ir a ratificação de Conselho de Ministros. -----

-----A Eng.ª Teresa Serra continuou a exposição do parecer da AFN referindo as alterações que pretende ver introduzidas na Planta de Condicionantes do Plano, nomeadamente: a identificação individual das áreas submetidas ao regime florestal; a identificação das zonas critica (portaria 1056/2004); identificação das áreas ordenadas de caça, das concessões de pesca e zonas de pesca; Delimitação das áreas de ocorrência de povoamentos ou núcleos de elevado valor ecológico de sobreiros, zonas de elevada probabilidade de ocorrência de azevinho; demarcação de áreas consolidadas de acordo com o DL 124/2006 de 28/06 com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009 de 14/01; terrenos percorridos por incêndios florestais nos últimos 10 anos; cartografia de risco de incêndio florestal, que incluem mapas de perigosidade e de risco de incêndio florestal; rede de infra-estruturas associadas à DFCI. -----

-----Tomou a palavra a Dr.ª Carla Velado para esclarecer que “ as áreas de edificação consolidada” é um conceito evolutivo e essas áreas vão alterando ao longo dos anos. -----

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

-----Sobre as questões colocadas pela representante da AFN, o Dr. Pedro Alves referir que não é plausível cartografar as áreas de sobreiro e de azevinho, até porque não há essa informação disponível, pelo que deverá a AFN ceder esses elementos caso os tenha disponíveis em tempo útil. -----

-----A Eng.ª Teresa Serra referiu que existem áreas de sobreiro e azevinho no concelho, mas que a AFN não as tem cartografadas, pelo que não podem ceder os elementos em causa. -----

-----Contrapôs, o Eng. António Godinho que a legislação protege o espécime e que não se deve transformar essa protecção de espécime em protecção de espaço. Acrescentou ainda que a CCDRC é que tem de verificar a compatibilidade do plano e das propostas efectuadas com a legislação e se as questões apresentadas pela AFN são defensáveis ou não. -----

-----A representante da AFN contrapôs referindo que existe um instrumento, o PMDFCI, que tem a obrigação de proceder ao levantamento de espécies, e sendo assim deveria ser feita essa diferenciação. -----

-----Face a esta situação a Dr.ª. Carla Velado referiu que se existir um conjunto de sobreiros significativo que seja representável, então deverá ser identificado cartograficamente. Contudo, não existindo levantamento destes conjuntos não se poderá cartografar os mesmos. -----

----- Informou então o Dr. Pedro Alves que a CMA não conhece esses povoamentos, solicitando à AFN o fornecimento desta informação à autarquia. -----

-----A representante da AFN informou que como esta entidade não possui essa informação e se a CMA não a conhece, então a mesma não deverá ser colocada nas plantas do Plano. -----

-----Tomou a palavra a representante da CCDRC, Dr.ª Carla Velado, esclarecendo que as redes de infra-estruturas associadas à DFCl, a colocar na Planta de Condicionantes, são só as que dizem respeito às Redes Regionais, as quais devem ter referencia tanto na Planta de Condicionantes como no Regulamento. -----

-----A Eng.ª Teresa Serra acrescentou ainda que as classes de espaço florestal que integram a proposta de ordenamento não se encontram de acordo com o PROF. -----

-----Informou então o Dr. Pedro Alves que as categorias de espaço florestal propostas foram alteradas de acordo com as novas exigências legais decorrentes da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 Maio. A aplicação deste decreto obrigou a que no Espaço Florestal de Conservação fossem integrados quer os Espaços Florestais de Conservação quer os Espaços Florestais de Protecção. -----

-----Foi então referido pelos representantes da CCDRC que o decreto regulamentar não estabelece a categoria de espaço florestal de protecção e, consequentemente, a única forma de resolver esta questão é introduzir o espaço florestal de protecção como uma sub-categoria. -----

-----Interviu de seguida o Eng.º António Godinho referindo que o PDM tem de adaptar as orientações dos instrumentos de ordem superior e se houver essa adaptação então não há incompatibilidade. Acrescentou ainda que os nomes das categorias a adoptar têm de seguir o estipulado pelo Decreto Regulamentar, integrando as

Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

orientações de ordem superior. A Dr.ª Carla reiterou o referido pelo representante da DRAPC acrescentando que tal tinha sido feito pela autarquia e que as orientações e regras do plano superior se encontravam salvaguardadas. -----

-----A representante da AFN continuou com a exposição do seu parecer relativamente às alterações pretendidas em termos do regulamento do PDM e de acordo com o constante do parecer anexo à presente acta. Neste âmbito e após ter sido proposto pela AFN retirar a permissão para a realização de actividades agrícolas nos espaços naturais (artigo 16.º do Regulamento do PDM) por estes não contribuírem para a sustentabilidade e valorização dos valores naturais o representante da DRAPC referiu, em discordância com o sugerido, que os espaços não deixam de desempenhar as suas funções independentemente dos usos que lhes estão atribuídos em regulamento, pois o uso efectivo do solo mantém-se. -----

-----A representante AFN concluiu de seguida a exposição do seu parecer referindo que os artigos 19, 20 e 21 terão de ser totalmente revistos pois interferem com as competências administrativas das entidades com poder na matéria, e que terá de haver a compatibilização da ocupação proposta pelo plano com o PMDFCI. -----

-----Foi então consensual que deveria realizar outra reunião sectorial/concertação com a DRAPC, a AFN e a CCDRC. -----

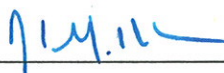
-----Por último foi proposto e acordado entre os presentes que, cada representante enviaria o seu parecer por escrito /resumo da sua intervenção, até quarta-feira (16/12/2009) com vista ao mesmo ser inserido na presente acta, que a autarquia faria uma ponderação das questões levantadas nos pareceres e na presente reunião e assumiriam a sua posição relativamente às mesmas, dando posteriormente conhecimento às entidades. Foi ainda acordado que se realizariam as reuniões sectoriais/concertação a partir de meados de Janeiro 2010 até por ser necessário que as entidades ponderem elas próprias as questões em causa após receberem a análise efectuada pela autarquia. -----

-----Sem mais assuntos a tratar, foi dada como encerrada a reunião às 15.00 h, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. -----

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



(Dr.ª Carla Velado)



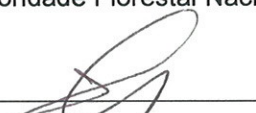
(Eng.ª Ana Paula Martins)

lw
JA

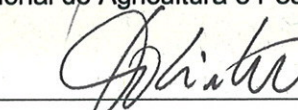
Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadais Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação
		Hora: 10H00


(Eng.ª Maria José Sucena)

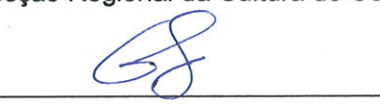
Autoridade Florestal Nacional


(Eng.ª Teresa Serra)

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro


(Eng.º António Godinho)

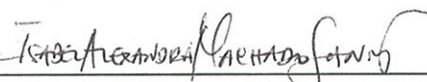
Direcção Regional da Cultura do Centro


(Eng.ª Maria Glória Fernandes)

Direcção Regional da Economia do Centro


(Eng.º António Cerveira de Sousa)

EP - Estradas de Portugal, S.A;

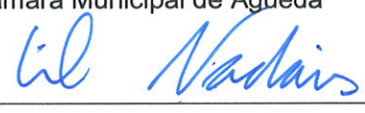

(Eng.ª Isabel Machado dos Santos)

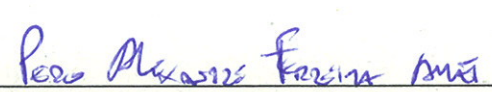
Assunto:	Revisão do Plano Director Municipal de Águeda	Local: CMA
Convocados / Intervenientes:	Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda – Dr. Gil Nadaís Entidades que constituem a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM de Águeda Equipa Técnica da Revisão do PDM (Equipa Interna da Câmara Municipal de Águeda)	Sala de Formação Hora: 10H00

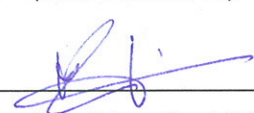
Rede Ferroviária Nacional, EPE

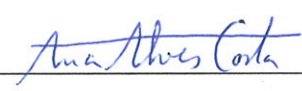

(Dr.ª Ana Sofia Chico Cardoso Seara)

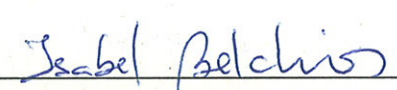
Câmara Municipal de Águeda

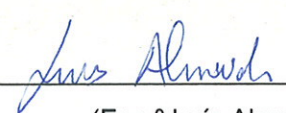

(Dr. Gil Nadaís)


(Dr. Pedro Alves)


(Dr.ª Ana Costa) (Dr.ª CÉLIA LARANJEIRA)


(Dr.ª Célia Laranjeira) (Dr.ª ANA COSTA)


(Dr.ª Isabel Belchior)


(Eng.º Luís Almeida)